

# Credores aceitam proposta de reemprestimo e salvaguardas

Dívida OK

BRASÍLIA — Os bancos credores internacionais aceitaram a proposta brasileira de manter o mecanismo do **relending** (reemprestimo), sob controle do Banco Central, que continuará a definir o montante e o direcionamento dessas operações. A superação desse ponto de atrito coincide também com a maior flexibilidade demonstrada pelos bancos credores, em relação às chamadas salvaguardas no acordo de médio prazo da dívida externa brasileira. Na avaliação do Governo, trata-se de avanços importantes no processo de negociação com os bancos, embora as fontes consultadas reconheçam que o ajuste interno na economia brasileira represente um estímulo decisivo para a conclusão efetiva do

acordo da dívida.

O Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, e o Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, retornaram ontem a Nova York para retomar as negociações com o comitê credor. Os negociadores brasileiros ainda terão de detalhar as características das salvaguardas a serem incluídas no acordo da dívida. A perspectiva aberta pelos credores é de que as salvaguardas sejam válidas para proteger o País contra variações burscas nas taxas de juros internacionais e quedas acentuadas nas exportações brasileiras.

No caso do **relending**, o comitê assessor dos bancos vinha insistindo

em contar com liberdade total para as operações de reemprestimo dos recursos depositados junto ao BC. Mas acabou por aceitar a manutenção do mecanismo, atendendo à ponderação dos negociadores brasileiros de que esta condição prejudicaria o controle da política monetária do País.

Ainda não foram fechadas, porém, as discussões relativas ao princípio do **carve-out**, que determina a parcela da dívida brasileira a ser beneficiada com a redução do **spread** (taxa de risco) para 0,8125%. A proposta do Brasil é de que o **carve-out** retroaja pelo menos até 1983, quando começaram a ser reescalonados os débitos do País com os bancos credores pri-

vados. Mas o **carve-out** deverá abranger apenas a parcela sob responsabilidade do setor público (80% do total).

Apesar da perspectiva de fechamento do acordo a curto prazo, ou seja, entre quinze dias e um mês, fontes do próprio Governo admitem que o retardamento das medidas de ajuste interno podem comprometer esse cronograma, afetando também os prazos estabelecidos para o início de negociações efetivas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Portanto, o programa que a equipe econômica leva, esta terça-feira, ao Presidente José Sarney é importante também para os entendimentos do Governo na área externa.